

Educação Escolar Indígena e a crise de representatividade na Secretaria de Educação do Estado de Alagoas¹

Palavras-chave: Educação Escolar Indígena; Representatividade

José Kleiton Vieira de lima Ferreira²

Introdução

A comunicação visa apresentar algumas reflexões em torno da Educação Escolar Indígena, destacando a atuação da Secretaria de Educação do Estado de Alagoas e a importância de pessoas especialistas nos cargos de setores responsáveis por fazer uma intermediação entre os grupos indígenas e o Estado. A Educação Escolar Indígena é apreendida aqui como uma política pública e uma categoria de pensamento isto é, um entendimento do que é ou deve ser a E. E. I., defendida por atores sociais indígenas que constroem expectativas positivas em torno dela, inclusive pensando-a como um instrumento de fortalecimento da identidade étnica. Justamente por ser uma política pública, depende de uma relação em que a distribuição do poder não é dada de maneira igual entre Estado, por intermédio de gestores e técnicos e os grupos sociais que se valem desta política. Por isso, conforme os anseios dos indígenas, é indispensável uma boa articulação entre lideranças indígenas e técnicos que compõem o órgão responsável pela efetivação da Educação Escolar Indígena, mais especificamente o Setor de Diversidade que, nos últimos dois anos, sofreu uma desarticulação com a substituição de alguns dos técnicos – todos responsáveis pela E. E. I. – por outros que não são reconhecidos pelos indígenas, que receiam da representatividade de suas demandas no âmbito da SEDUC.

O texto que se segue é resultado de uma pesquisa que ainda se encontra em andamento. Portanto, os dados aqui apresentados podem ser cotejados ou confrontados

¹ Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF

² Discente do PPGAS/UFAL

com outras informações conforme a pesquisa for avançando. Entretanto, o trabalho que já temos é resultado de conversas formais e entrevistas semiestruturadas com alguns técnicos da Superintendência de Diversidade da SEDUC e um professor de uma escola indígena. O objetivo não é tornar estes sujeitos como representativos, ou porta-vozes dos lugares em que estão ou foram posicionados socialmente, mas descrever a interpretações que eles tinham desta Superintendência.

Michel Argier (2015) nos alerta para as armadilhas que podemos cair em entrevistas orais com nossos interlocutores se não levarmos em consideração que as falas são políticas, ou seja, dizem respeito ao lugar de fala, da necessidade e da pertinência de se falar. Justamente para não ter um texto monofônico em que houvesse apenas um lado dos fatos, tivemos a intenção de reunir narrativas de atores sociais que estão diferentemente posicionados na situação descrita no texto para, em seguida, cruzar estas falas com a finalidade de analisar encontros e desencontros no que diz respeito aos eventos que envolvem o Setor de Diversidade.

Compreendemos que os diferentes sujeitos vivenciam experiências diferentes em contextos semelhantes e, conforme comentado por Fredrik Barth (2000) não há o que comprove que os atores sociais, mesmo pertencentes ao mesmo grupo, tenham interpretações idênticas dos mesmos eventos. Sendo assim, nem se pretende que o interlocutor indígena esteja falando por todos os indígenas e tampouco que todos os interlocutores tenham os mesmos entendimentos acerca do Setor de Diversidade, da Secretaria de Educação e do Estado.

É pertinente apontar que aqui tem o mesmo entendimento de Barth (2000) acerca dos indivíduos e “pode-se dizer que todo ato social envolve ao menos três partes – eu, você e eles – no que diz respeito tanto a sua interpretação como às suas consequências objetivas” (BARTH, p. 175. Isto quer dizer que indivíduos estão inseridos em redes de sociabilidade que tornam possível a construção de concepções e interpretações dos eventos com os quais se envolvem. Portanto, as narrativas dos interlocutores estão articuladas com redes de interações que os permitem falarem com alguma propriedade ou, por outro lado, terem suas falas e ações limitadas no que diz respeito às questões que aqui serão brevemente tratadas. Inclusive é nesta rede de sociabilidade que se encontra, no meu entendimento, uma barreira para um avanço na

construção de dados a partir das vozes dos atores sociais que estão posicionados diferentemente em relação à SEDUC e a Setor r de Diversidade.

Estive no Setor em um primeiro momento no dia 12 de Setembro de 2018 e, na ocasião, fui muito bem recebido por uma equipe atenciosa e prestativa que não se negou a responder às questões que coloquei. Conversas com tópicos bem específicos como, por exemplo, a recém-criada Comissão para debater a construção da categoria de professor indígena³, a possibilidade de se produzir um material didático para as escolas indígenas⁴, a construção do Plano Político Pedagógico para as escolas indígenas⁵ e outras questões que serão destacadas no decorrer do texto.

Em um segundo momento, no dia 18 de outubro, eu retornei ao setor com o intuito de preencher lacunas que surgiram durante a sistematização e análise das primeiras conversas. Nesta ocasião, na sala do Setor de Diversidade, conversei com uma senhora que, no primeiro encontro, as circunstâncias me levaram a entender que fosse a responsável apenas pela Educação Escolar Indígena, ou seja, uma técnica do Setor e não a Superintendente como seu nome aparece no site da SEDUC. Tal senhora⁶ me informou que, conforme orientação de um superintendente⁷, todas as conversas e entrevistas com supervisores e técnicos do Setor deveriam ser encaminhadas antecipadamente para o email deste superintendente, como uma maneira de oficializar a solicitação. Estranhei o fato de ter que enviar o roteiro ou as pautas da entrevista para este superintendente.

³ No dia 28 de agosto de 2018 foi publicada no Diário Oficial do Estado de Alagoas a Portaria 1.718/2018 para instituir a Comissão de elaboração do projeto de lei para a criação do cargo de professor indígena

⁴ A produção deste material deve ocorrer em interação entre lideranças e professores indígenas e os agentes do Setor de Diversidade e outros da SEDUC, segundo foi destacado por técnicos naquele momento.

⁵ O debate sobre o referencial se concentraria, conforme foi informado, em dividir o PPP em Áreas de Conhecimentos, isto é, um eixo formado por Ciências Humanas, Exatas e da Natureza, ou se por Componente Disciplinar, ou seja, dividido em disciplinas.

⁶ O nome não será revelado em função do impedimento por parte da superintendência de funcionários do setor.

⁷ Não fui informado sobre quem era esse superintendente.

Até o momento da escrita deste texto o e-mail que enviei justificando e apresentando o roteiro, como também solicitando uma entrevista, não foi respondido. Portanto, as informações que deveriam ser construídas a partir das narrativas dos agentes que atuam no setor, foram desarticuladas pela decisão de um Superintendente de que funcionários do setor não poderiam conceder entrevistas ou conversas que não fossem oficializadas por solicitação formal, isto é, por meio de um e-mail, conforme fiz.

O professor indígena que deu contribuições para a pesquisa se trata de Cássio Xucuru-Kariri⁸. O professor Cássio e eu fazemos parte do mesmo programa de pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal de Alagoas. Para além das conversas aparentemente despreziosas, tivemos dois encontros com pautas pontuais para entrevistas. O primeiro encontro foi durante uma reunião do DSEI (Departamento de Saúde Indígena) com o propósito de obter informações sobre sua formação, sua atuação profissional e nas mobilizações indígenas e como ele percebe a atuação do Setor de Diversidade⁹. No segundo momento nos encontramos na própria universidade no dia 24 de novembro com o propósito de buscar respostas que pudessem preencher o vago que foi deixado pela SEDUC.

O Setor de Diversidade

Na Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Alagoas – SEDUC – tem um setor específico para tratar das políticas públicas educacionais voltadas para a diversidade étnico-racial orientadas pela lei que torna obrigatório, na Educação Básica, o ensino da história e da cultura dos povos africanos e indígenas no Brasil, e educação de gênero. Também é responsável pela articulação junto a grupos sociais específicos e seus respectivos direitos a educação escolar diferenciada como, por exemplo, a

⁸ Foi Professor da Escola Indígenas da Fazenda Canto. Cássio teve sua escolarização, até o 9º ano do Ensino Fundamental 2, na escola de sua comunidade, e cursou o ensino médio em uma escola no centro da cidade de Palmeira dos Índios. Fez graduação em História na UNEAL (Universidade Estadual de Alagoas) e atualmente é mestrando em Antropologia Social no PPGAS da Universidade Federal de Alagoas.

⁹ Estas questões seriam aplicadas também aos técnicos do Setor de Diversidade SEDUC. Veremos adiante o porquê não.

Educação Escolar Quilombola, a Educação Escolar Indígena e a Educação Escolar do Campo. No site da SEDUC não foi possível conseguir informações mais precisas acerca do que é e qual a função do Setor de Diversidade em nenhuma das alternativas de pesquisa que o site disponibiliza, embora haja uma janela denominada Informação Pública.

Questões como essas fazem parte do roteiro de entrevista que elaborei para a pesquisa junto ao Setor e que foi encaminhado para os três e-mails oficiais que me foram passados. Outra questão extremamente importante para compreender a atuação do órgão, é saber quais os critérios para a contratação dos profissionais que atuam junto ao Setor na articulação entre grupos indígenas e a SEDUC. O que se sabe é que são professores da Educação Básica que tem suas horas de trabalho transferidas para tal setor burocrático. Mas nem mesmo em um manual disponibilizado no site da SEDUC, há menção aos critérios para a contratação de técnicos com tal especificidade. Profissionais que irão atuar com políticas públicas voltadas para E. E. I não lidarão com um serviço burocrático qualquer, mas sim com uma oferta de educação que envolve princípios que a diferencia das demais, portanto se faz extremamente necessário a presença de pessoas com entendimento sobre os processos históricos, conceitos que estão ali em questão como, por exemplo, o de interculturalidade, e as dinâmicas culturais em cada povo para que não reproduzam preconceitos em relação aos diversos e distintos grupos indígenas por parte dos técnicos.

Conforme já dito, no site da SEDUC não encontrei nenhum documento sobre o regimento do Setor de Diversidade, também não o encontrei no site do Ministério da Educação. Porém, no site do MEC existe uma janela com o título SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão). Esta Secretaria tem a função de promover a educação em vários níveis e ofertadas para diversos grupos sociais considerando suas especificidades com o intuito de promover a equidade. Vejamos o que diz o texto no site do MEC:

A atuação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), transversal às demais unidades do Ministério da Educação, promove a articulação e convergência das agendas para garantir o direito de todos à educação, com qualidade e equidade. Para orientar políticas públicas educacionais que articulem a diversidade humana e social aos processos educacionais desenvolvidos nos espaços formais dos sistemas públicos de ensino, devem ser consideradas as questões de

raça, cor, etnia, origem, posição econômica e social, gênero, orientação sexual, deficiências, condição geracional e outras que possam ser identificadas como sendo condições existenciais favorecedoras da exclusão social (BRASIL)

Não há como apontar para a certeza já que não encontrei nenhum regimento nem houve uma resposta oficial por parte da Superintendência da SEDUC, mas existem características entre a SECADI e o Setor de Diversidade quanto à sua proposta. Inclusive, é desta maneira que Cássio Xucuru-Kariri entende que seja a função do Setor de Diversidade. Destacando a importância do técnico, argumenta que:

No nosso entendimento é alguém (o técnico do setor) que tem conhecimento relativamente amplo sobre a educação escolar indígena e, por tal motivo, exerce um cargo administrativo onde iria ajudar as escolas indígenas a desenvolver as suas atividades, não só como o Estado deseja, mas também como a comunidade deseja. Alguém do Estado que iria ajudar a construir a educação escolar indígena (Professor Cássio Xucuru-Kariri. 2018).

A fala do professor Cássio se alinha ao que sugere o texto do site do MEC sobre a SECADI, ao mesmo tempo em que apresenta as expectativas que se construiriam acerca do Setor de Diversidades e das ações dos agentes que atuam nele. Mesmo na ausência das respostas da Superintendência e de um texto sobre o regimento ou sobre a função do Setor de Diversidade entendemos aqui que a função seja os desdobramentos e operacionalidade do que sugere a SECADI. Porém, ao conversar com um ex-técnico¹⁰ do Setor de Diversidades, ele afirmou que a função do setor seria a de elaborar formações continuadas para professores indígenas e viabilizar as políticas públicas.

O setor de Diversidade e a perspectiva de um professor indígena

Pensamos que posições sociais – e por que não políticos – que estes sujeitos ocupam ou estão posicionados nem sempre são próximos de modo que facilitem uma

¹⁰ No dia 01 de novembro de 2018 assisti as atividades do III Encontro de Jovens Xucuru-Kariri na cidade de Palmeira dos Índios na comunidade Mata da Cafurna. Na ocasião estava um dos técnicos que atuam no Setor de Diversidade. Conversamos um pouco sobre o Setor e combinamos um encontro para conversarmos com pautas da pesquisa. Por enquanto não será revelada a identidade dele porque a conversa que tivemos não foi oficialmente para a pesquisa.

interação física, mas que as relações sociais podem ser alinhadas por princípios políticos e ideológicos comuns entre os sujeitos, ou seja, entre técnicos do setor de diversidades e lideranças professores indígenas.

Ao mesmo tempo podem também moldar os comportamentos a partir das interpretações que os atores sociais têm das experiências com determinados setores. Por exemplo, Cássio Xucuru-Kariri, relatou que existe uma diferença na maneira como percebem a atuação dos antigos técnicos do Setor em função das atuações e aproximações que eles estabeleceram a partir dos cargos que ocuparam e de suas trajetórias para além destes cargos, e na maneira como percebem o setor atualmente.

A atuação tímida dos atuais responsáveis tem contribuído para uma desconfiança por parte de professores e lideranças no que diz respeito à representação das demandas escolares indígenas na Secretaria de Educação. Isso porque, a confiança em uma suposta representação há de ocorrer conforme os laços forem se estreitando entre grupos indígenas e os gestores. Não se trata de acreditar que haverá uma representação contemplativa, mas que as pautas apresentadas por lideranças e professores indígenas seriam mais bem interpretadas e avaliadas se olhadas de perto. Este “olhar de perto” é inviabilizado caso exista um distanciamento físico e ideológico entre os gestores (superintendentes, governos e técnicos) e os grupos indígenas para os quais essas políticas devem ser direcionadas.

Os setores governamentais, os departamentos, as secretarias, as gerências e as subdivisões especializadas, no caso da SEDUC, em especial o Setor de Diversidade, Superintendência de Valorização da Pessoa, as GEREs¹¹ ou qualquer outro que se vincule a aplicação de políticas públicas, são orientadas fundamentalmente por leis específicas, neste caso a Constituição Federal de 1988, a LDB 9394, mas ganham movimentos a partir da ação dos atores sociais que mesmo mobilizados pelas burocracias tem em algumas medida autonomia para desenvolver relações produtivas para os grupos sociais com os quais trabalham.

¹¹ A Gerência Regional de Educação (GERE) é o setor responsável pela organização das escolas em cada região do estado. Existem 13 GEREs. As escolas indígenas também são subordinadas as respectivas GEREs; O Superintendência de Valorização da Pessoa é, de acordo com técnicos do Setor de Diversidade, um setor semelhante ao de Recursos Humanos.

As burocracias estatais e as ideologias políticas orientam os gestores, assessores e técnicos do Estado fazem com que setores que propõem a segurança do direito à diferença e atendimento específicos de acordo com tais diferenças sejam instrumentos de controle dos agentes sociais, tanto dos indígenas quanto dos técnicos servidores que atuam como interlocutores entre indígenas e Estado. Portanto, a representatividade pode oscilar entre positiva e negativa de acordo com a atuação destes técnicos.

Em uma determinada visita ao setor de diversidade, no dia 12 de setembro de 2018, perguntei aos técnicos, que na ocasião não era apenas “representante” da questão indígena, se na compreensão deles o Setor representava os indígenas no Estado¹² ou o Estado entre os indígenas? Houve um silenciamento, risos e ficou um clima de resposta óbvia. Em seguida, a resposta foi dada por um técnico deles¹³. Sua resposta não foi objetiva me pareceu de um alguém que tem limitações em função do cargo que o ocupa, ou seja, um funcionário da SEDUC que, ainda que venha a ser orientado por uma sensibilidade as questões que “representa” naquele espaço, é imobilizado por questões políticas. De acordo com ele, existe um pouco dos dois. Ao mesmo tempo em que técnicos representam os indígenas na SEDUC é uma maneira de ter a SEDUC entre os professores e lideranças indígenas. Neste mesmo trabalho de campo, os demais técnicos em muitos momentos fizeram interferências, isto é, respondiam às questões que eu direcionava a pessoa que me foi apresentada como responsável pela Educação Escolar Indígena naquele setor.

Não há problemas que o Setor de Diversidade tenha esta dupla característica, ou seja, tanto representar os indígenas dentro da SEDUC quanto representar a SEDUC entre os indígenas, desde que esta articulação venha a ser benéfica para os grupos que anseiam por estas políticas. Inclusive, o professor Cássio destacou que os técnicos são, ou pelo menos deveriam ser

¹² Aqui se tem o entendimento que o Estado é uma máquina (no sentido metafórico) burocrática com um sistema normativo, isto é, leis que orientam o que é legal e o que é ilegal que não é dirigida por si só. Portanto, precisa ser operada por governo, isto é, atores sociais concretos orientados por experiências de vida que incluem valores e interpretações da realidade conforme tais experiências e interpretações.

¹³ Não será revelado qual técnico deu a resposta para não comprometê-lo.

Alguém do Estado que iria ajudar a construir a educação escolar indígena. Fazer a manutenção, sobretudo nestes parâmetros mais oficiais (burocráticas e administrativas) que se exigem. Alguém que iria oferecer formações, ou propiciar informações para os professores. Mas, assim, na prática atualmente a gente não percebe (professor Cássio Xucuru-Kariri. *grifo nosso*. 2018).

O fato de professores e lideranças indígenas não perceberem esta articulação ou pelo menos uma busca por ela, faz com que os agentes que ocupam estes cargos sejam vistos como “do Estado” e não como articuladores ou representantes das demandas educacionais indígenas, principalmente por se tratar de grupos sociais com os quais as relações com o Estado, nos mais variados governos, se deram historicamente em sabotagens e busca por desarticulações destes grupos em função de interesses que não eram indígenas. A fala do professor Cássio mostra a importância de se ter os técnicos e o setor na SEDUC. Mas não basta que apenas existam as ocupações. Os anos de perdas fazem com que os grupos indígenas tenham pressas na implementação das políticas públicas que promovam a justiça social, e que estas venham com qualidade, portanto faz-se necessário a atuação de pessoas que tenham atuações juntos aos grupos indígenas. Não se espera, evidentemente, que estes agentes tenham sempre uma afinidade com as questões indígenas até porque estão subordinados a uma rede de interação social, que podem ou não incluir afinidades ou amizades, permeadas por questões profissionais, burocráticas e governamentais. Mesmo que estes técnicos tenham suas atuações limitadas por burocracias e interesses governamentais, são as trajetórias de atuações e aproximações destes técnicos que irão produzir um sentimento de representatividade ou não.

Percebi uma limitação, no que diz respeito a conhecimentos sobre a questão indígena, por parte da funcionária que representou a E. E. I. naquele momento no que diz respeito às questões indígenas. Isso me levou a constatar o que já havia sido comentado pelo professor Cássio Xucuru-Kariri de que a pessoa que estava à frente do setor não tinha uma relação de contato com os grupos indígenas e que se tratava de alguém que eles não reconheciam como uma representante por não ter uma trajetória nas questões indígenas, como era o caso dos técnicos anteriores. Questão que talvez pudesse ser minimizada caso fossem ofertadas formações para os grupos de funcionários que fossem trabalhar com as questões indígenas. Durante a conversa foi comentado a realização de Fóruns como um dos momentos em que técnicos têm algum contato com os professores e lideranças indígenas, entretanto são momentos em que as

interações são orientadas por questões/problemas bem específicos, insuficiente para que tais funcionários se debrucem sobre as questões dos diversos grupos indígenas.

Destaco aqui que a antiga equipe técnica era formada por sujeitos que pesquisavam a temática da educação escolar indígena por iniciativas pessoais ou acadêmicas e atuavam de algum modo pelas questões indígenas junto a lideranças. Mesmo sendo limitados pelas burocracias e as forças políticas dentro das estruturas de poder dos governos, as ações destes técnicos faziam com que lideranças indígenas se sentissem representadas por eles. Com a atual equipe técnica, segundo o professor Cássio, não há uma sensação de representatividade por haver distanciamentos físicos entre professores lideranças indígenas e o Setor. O que tem inviabilizado uma melhor aproximação, segundo a fala de uma técnica, é o fato de que o corpo técnico foi reduzido, portanto ficando difícil articular encontros presenciais e desenvolver trabalhos burocráticos.

De acordo o professor Cássio Xucuru-Kariri, algumas lideranças e professores da educação escolar indígena interpretam que a substituição foi uma retaliação a algumas mobilizações de ocupações lideradas por e professores Xucuru-Kariri Fazenda Canto que fizeram na SEDUC para reivindicar a reforma de uma escola na comunidade, em 2014, e de outra no final de 2016 e início de 2017 que tinha como pauta as forma de contratações dos funcionários das escolas indígenas, a construção do cargo¹⁴ de professor indígena e o concurso específico para escolas indígenas.

Conforme comentado por Cássio Xucuru-Kariri, nas interpretações dos gestores da SEDUC, os indígenas não teriam autonomia para se articularem em um ato de ocupação, portanto os técnicos da Educação Escolar Indígena foram apontados,

¹⁴ Por ordens do Ministério Público Federal, o dia 03 de maio de 2018 a Secretaria Estadual de Educação e Cultura (SEDUC/AL) publicou no Diário Oficial de Alagoas a portaria nº 1.718/2018 fundamentada em um conjunto de legislações que reconhecem, por direito, aos povos indígenas uma educação escolar diferenciada. O objetivo da SEDUC/AL com tal Portaria é instituir uma Comissão de elaboração do projeto de lei para a criação do cargo de professor indígena e após isso dar início a um processo seletivo específico para professores indígenas. Entre os vários sujeitos que devem compor comissão estão os representantes indígenas, que serão selecionados por região do estado de Alagoas em que há presença de comunidades indígenas. Tal portaria foi alterada e lançada novamente no Diário Oficial no dia 24 de agosto. A alteração visou à inserção de dois representantes da Universidade Federal de Alagoas a antropóloga Claudia Mura e o antropólogo Evaldo Mendes.

indiretamente, como responsáveis pelas ocupações por serem vistos como alinhados ideologicamente às questões indígenas, não apenas pelos indígenas como também pelos agentes da SEDUC que estavam ligados institucionalmente às políticas públicas de Educação Escolar Indígena. Isto demonstra uma visão deturpada por parte dos agentes ligados a este afastamento quando o assunto diz respeito aos grupos indígenas. Dado este caso, como foi interpretado por nosso interlocutor, a ideia de índios tutelados, sem agência própria para articulações diante do Estado e suas instituições, é presente entre algumas pessoas que compõem a Secretaria de Educação. Isto é um fato extremamente perigoso que há de trazer prejuízos aos grupos indígenas. Demonstrar, pelo menos, a concepção que se tem sobre os atores sociais indígenas dentro de uma instituição do Estado que tem a função legal e obrigatória de tratar as políticas públicas relacionadas à educação escolar indígena. Como é possível acreditar que, reproduzindo estas concepções, um setor do estado possa contribuir para uma justiça social a partir do cumprimento das leis ou de interpretações das novas demandas se eles não têm um entendimento do que são os grupos indígenas na atualidade, não compreendem as dinâmicas de articulação, de construções de identidades étnicas, os processos históricos e sociais e reproduzem preconceitos, que em alguma medida, se remete a ideia de índio tutelado¹⁵.

Considerações Finais

¹⁵ Esta concepção de índio tutelado aparece de maneira velada, inclusive, em um material intitulado **Estudo Sobre as Comunidades Indígenas de Alagoas** produzido em 2016 por iniciativa Governo do Estado, mais especificamente pela **secretaria de estado do planejamento, gestão e patrimônio** - SEPLAG. Tal trabalho apresenta pouca reflexão sobre as dinâmicas dos grupos indígenas, mas apresenta os números e/dos resultados das políticas que já foram executadas em Alagoas, especificamente, ou no Brasil de maneira geral. Além disso, apresenta alguns projetos como, por exemplo, a criação de uma **Comissão Permanente de Articulação da Política de Educação Escolar Indígena** que visa promover as políticas vigentes. O texto não evidencia quem faz parte desta comissão. Mas, outro projeto, a criação de um comitê, é formado por vários agentes de setores diferentes dos governos do estado e federal, inclusive FUNAI, FUNASA/DSEI, INCRA. Este visa o acompanhamento e acolhimento das demandas dos povos indígenas. Recorrem em primeira instância apenas aos órgãos governamentais, expressando uma visão de índio sem atuação participativa, apenas em segunda instância é que as “representações” indígenas são escritas como consultadas.

Como a pesquisa ainda está em fase inicial às considerações ainda são preliminares e deverão ser aprofundadas durante o processo de pesquisa. De antemão, quero reforçar que proposta da pesquisa não é apontar para fragilizações ou defeitos que existem em um dos setores da SEDUC. Embora já se espere que estes viessem como parte do processo de uma pesquisa com o propósito de contribuir para melhorias na articulação entre os grupos indígenas e um órgão público para que o desenvolvimento e aplicabilidade das políticas públicas ocorram de maneira mais democrática e participativa

Referência bibliográfica

AUGÉ, Marc. Encontros etnográficos: Interação, contextos, comparação. Tradução Bruno Cezar Cavalcanti, Maria Stela Torres B. Lameiras, Yann Hamonic. 1º Ed. São Paulo: Editora Unesp; Alagoas: Edufal, 2015

ALAGOAS. Portaria 1.718 de agosto de 2018. Alagoas, 2018. Disponível em https://www.jusbrasil.com.br/diarios/206026476/doeal-poder-executivo-28-08-2018-pg-16?ref=topic_feed

ALAGOAS. Estudos Sobre as Comunidades Indígenas em Alagoas, 2017. Disponível em <http://dados.al.gov.br/dataset/39e70e25-4d9c-4680-b9e8-d709de9f0f94/resource/7831d4f1-e988-485a-b930-c4c68abd9157/download/indigena.pdf> . Acessado em 20 de Setembro de 2018

BARTH, Fredrik. “Por um maior naturalismo na conceptualização das sociedades”. In LASK, Tomke (org) *O Guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa. 2000

BRASIL. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/apresentacao>. Acessado em 28.10.18 Ministério da Educação. Site.